

Sessões Públicas para Contribuições da Sociedade e Regulados



Superintendência de Regulação Econômica de Aeroportos – SRA
Tiago Sousa Pereira

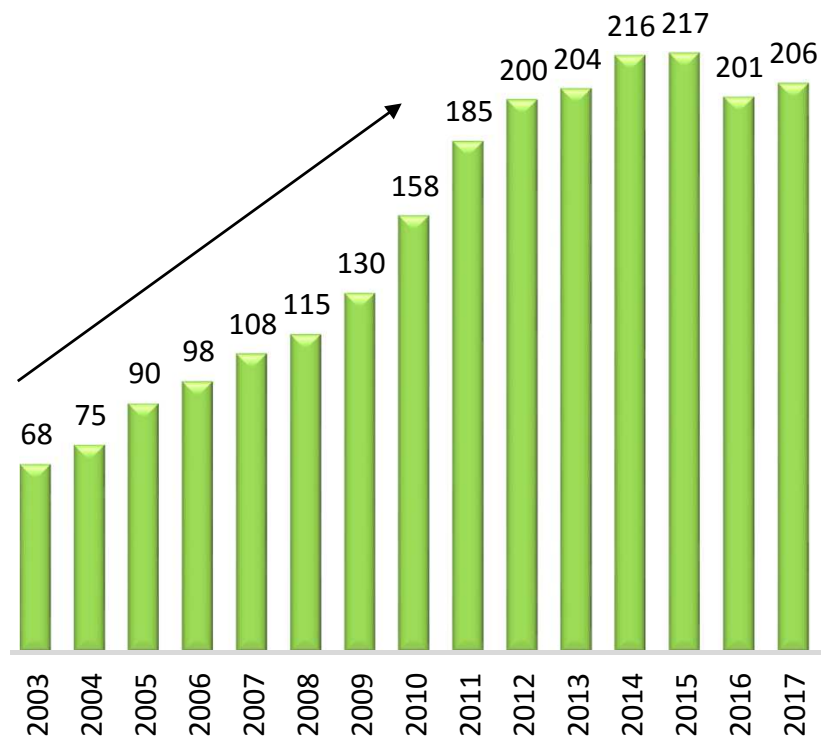
Governo, Órgãos Públicos e do Consumidor

1º de outubro de 2018

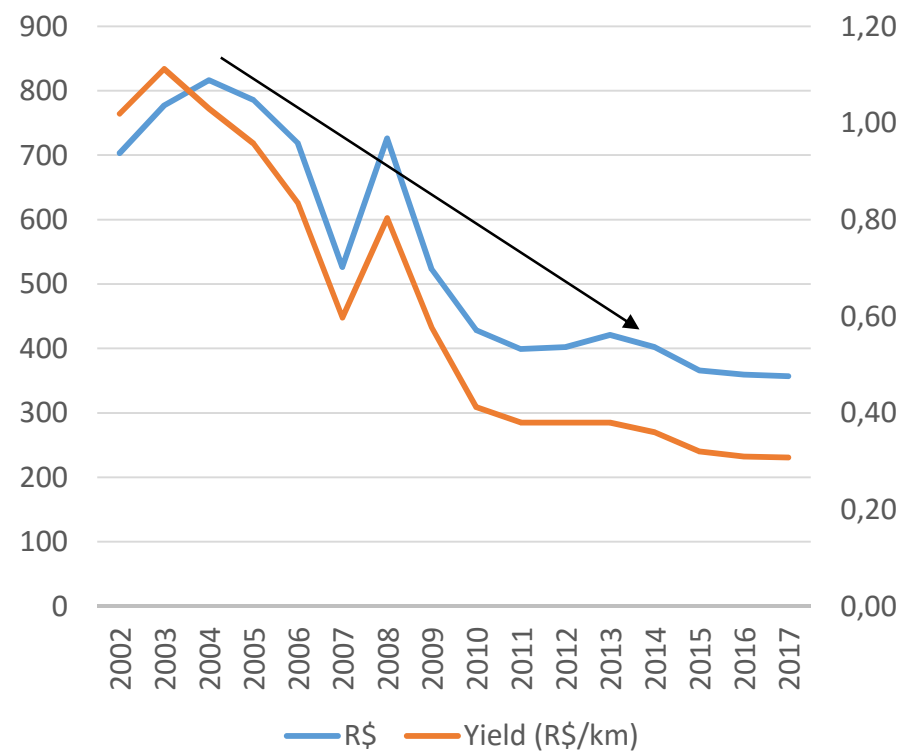
- Introdução – histórico das concessões aeroportuárias
- Objetivos Estratégicos
- Situação da Agenda Regulatória 2017-2018
- Temas Propostos para Agenda Regulatória 2019-2020

Principal motivo: desregulamentação!

Movimentação de Passageiros (Embarque e Desembarque)

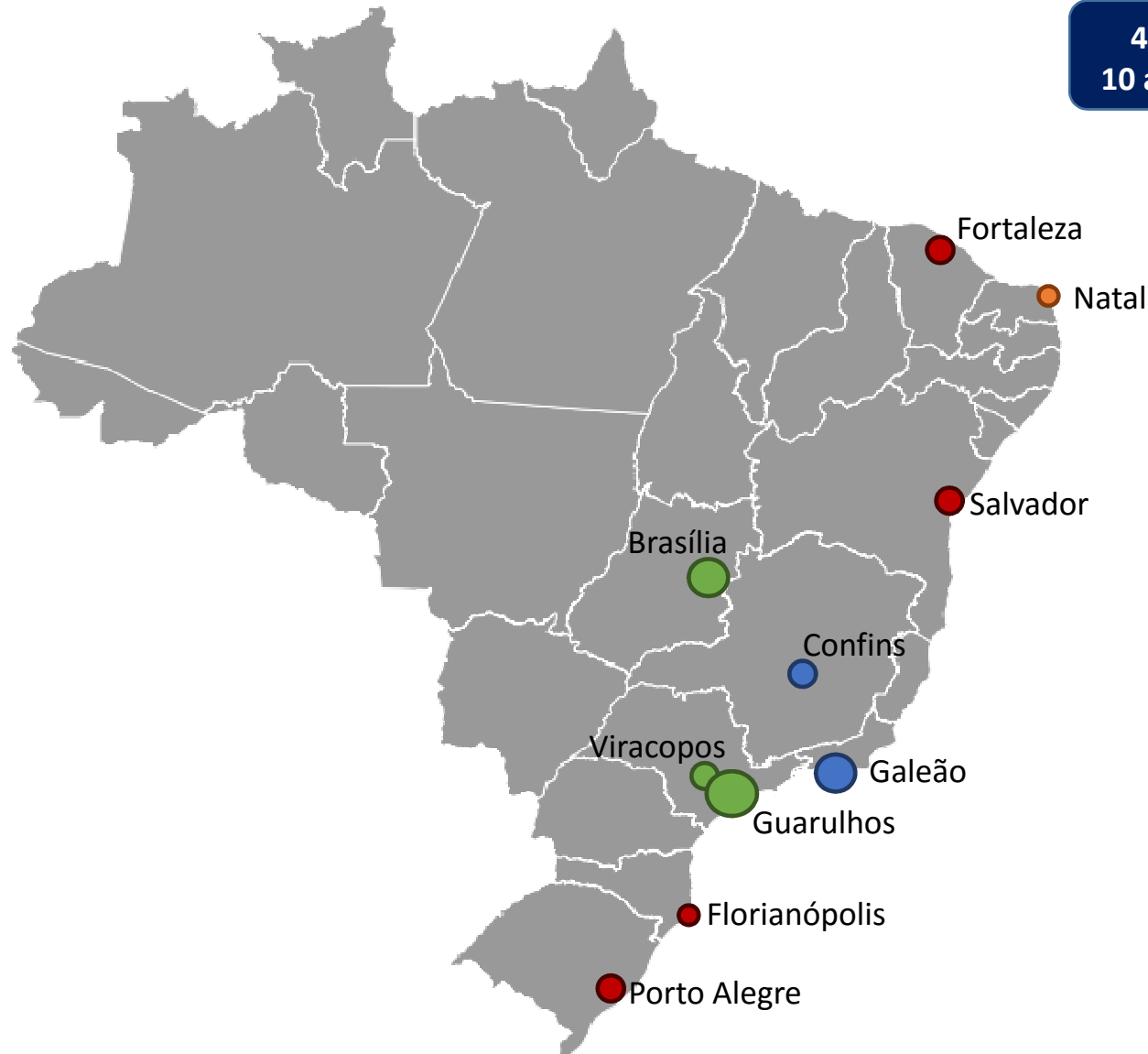


Tarifas



Fonte: ANAC

Concessões: rodadas anteriores



4 rodadas	117,2 M	56,9%
10 aeroportos	pax/ano	share

1ª RODADA

• Natal	2,4 M	1,2%
---------	-------	------

2ª RODADA

• Guarulhos	37,4 M	18,2%
• Brasília	16,7 M	8,1%
• Viracopos	9,2 M	4,5%

3ª RODADA

• Galeão	16,1 M	7,8%
• Confins	10,1 M	4,9%

4ª RODADA

• Porto Alegre	7,9 M	3,8%
• Salvador	7,6 M	3,7%
• Fortaleza	5,9 M	2,9%
• Florianópolis	3,8 M	1,8%

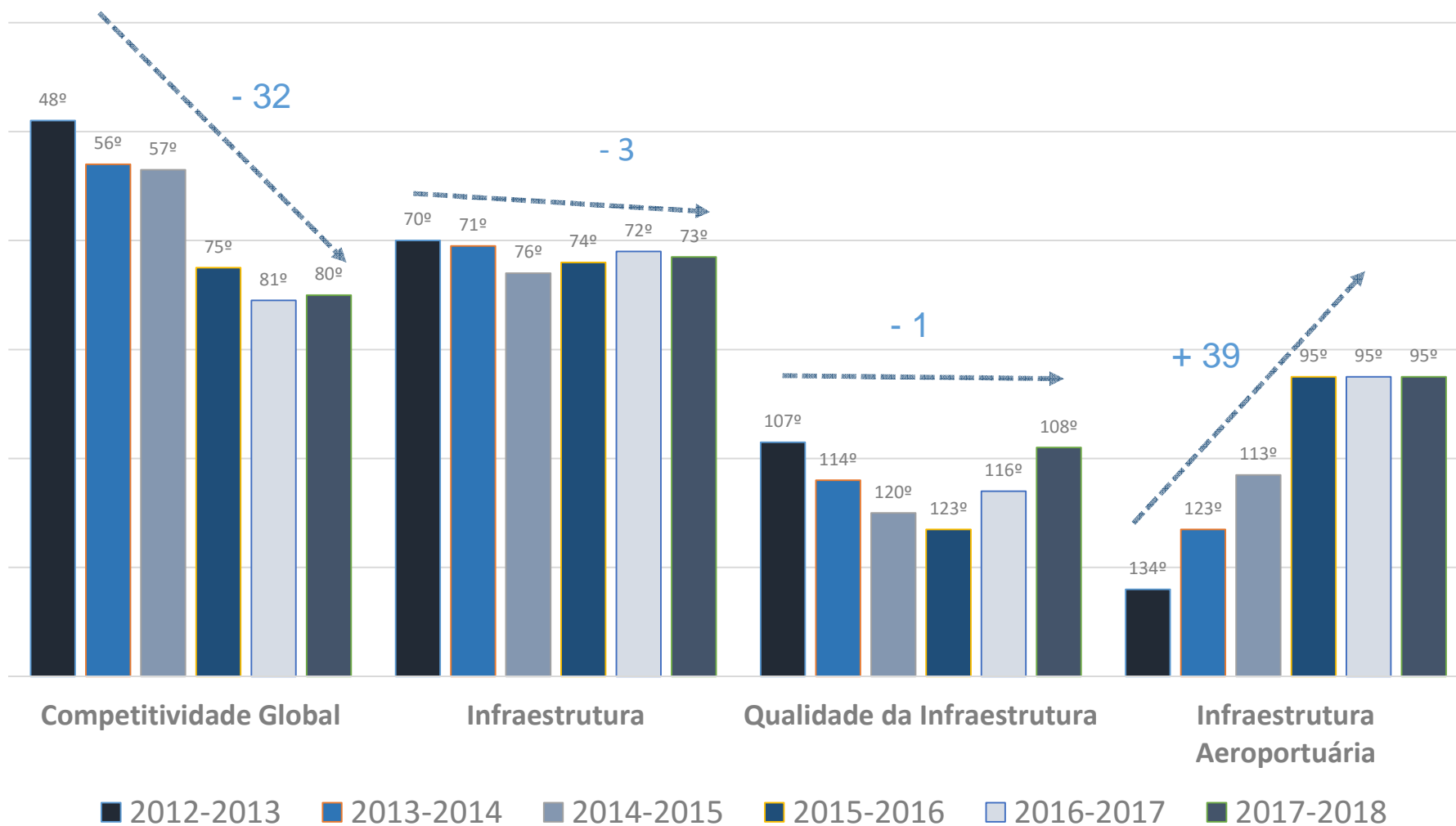
Resultados: grandes números

- 16 grupos participaram dos leilões
- 8 operadores distintos (competição)
- Lances vencedores somaram: R\$ 49 bilhões
- Ágio médio: 205%
- Investimento total estimado: R\$ 33 bilhões
- Já foram investidos R\$ 13 bilhões
- Aumento da capacidade aeroportuária e melhoria da qualidade dos serviços
- Foco nas receitas comerciais

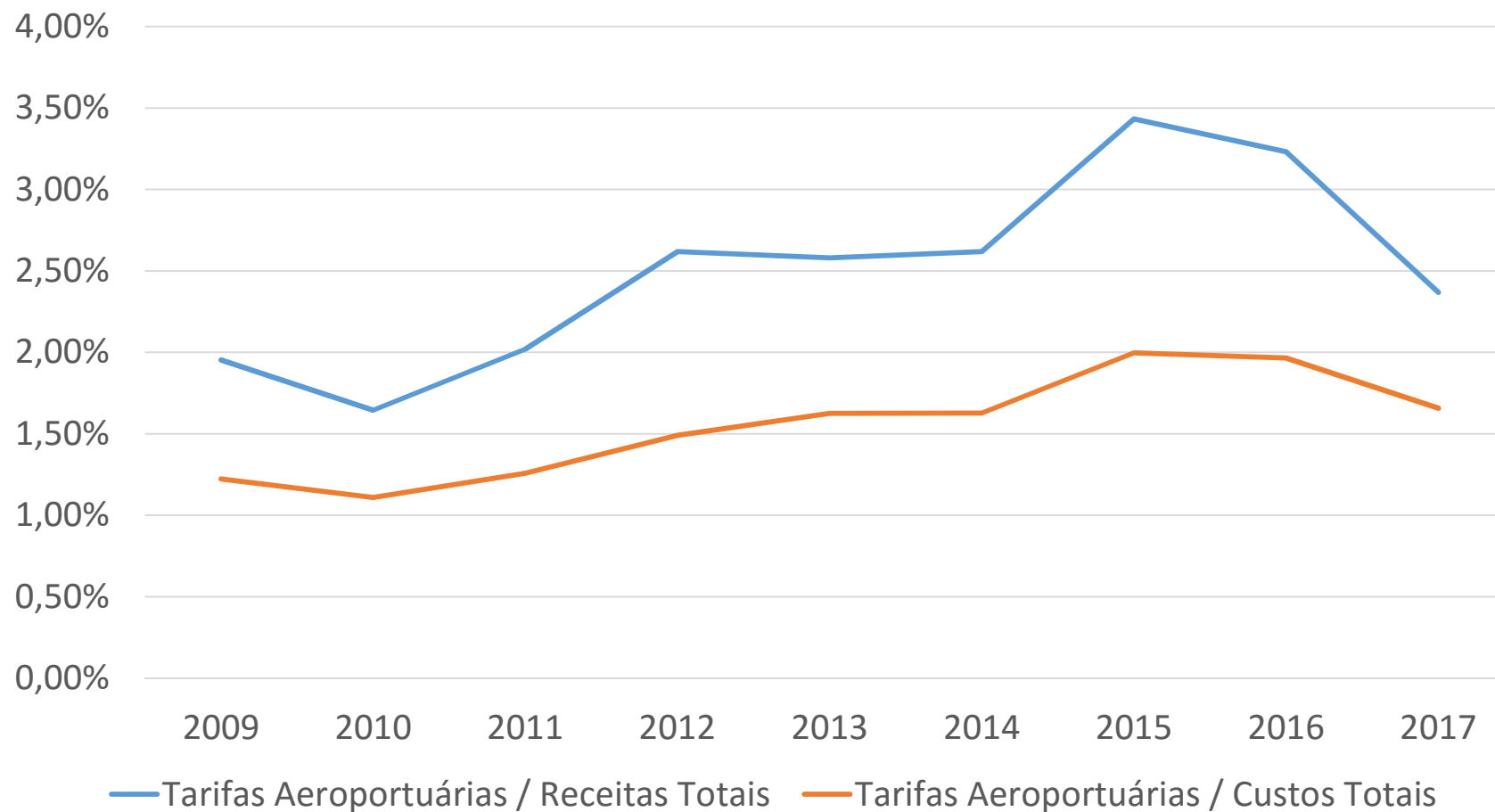
Satisfação dos Passageiros



Fonte: Secretaria de Aviação Civil



Representatividade das Tarifas Aeroportuárias no Balanço das Empresas Aéreas



Fonte: ANAC

Porém, nem tudo são flores

Ano	PIB	PAX	
		Concedidos	Não concedidos
2014	0,50%	9,38%	6,65%
2015	-3,77%	0,39%	-0,40%
2016	-3,60%	-8,01%	-6,69%
2017	1%	0,96%	3,62%
Média	-2,1%	-2,3%	-1,2%

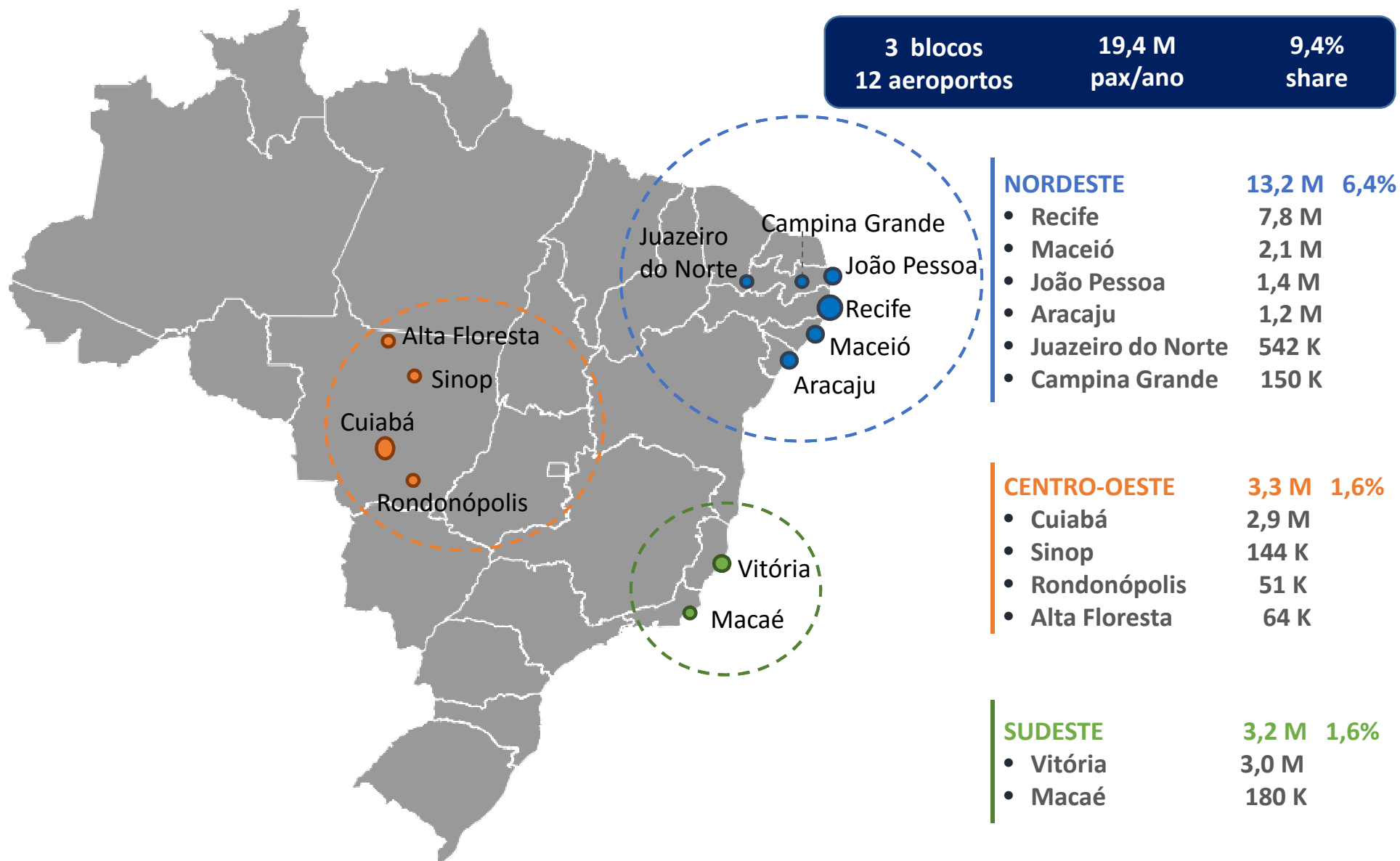
Fontes: IBGE e ANAC

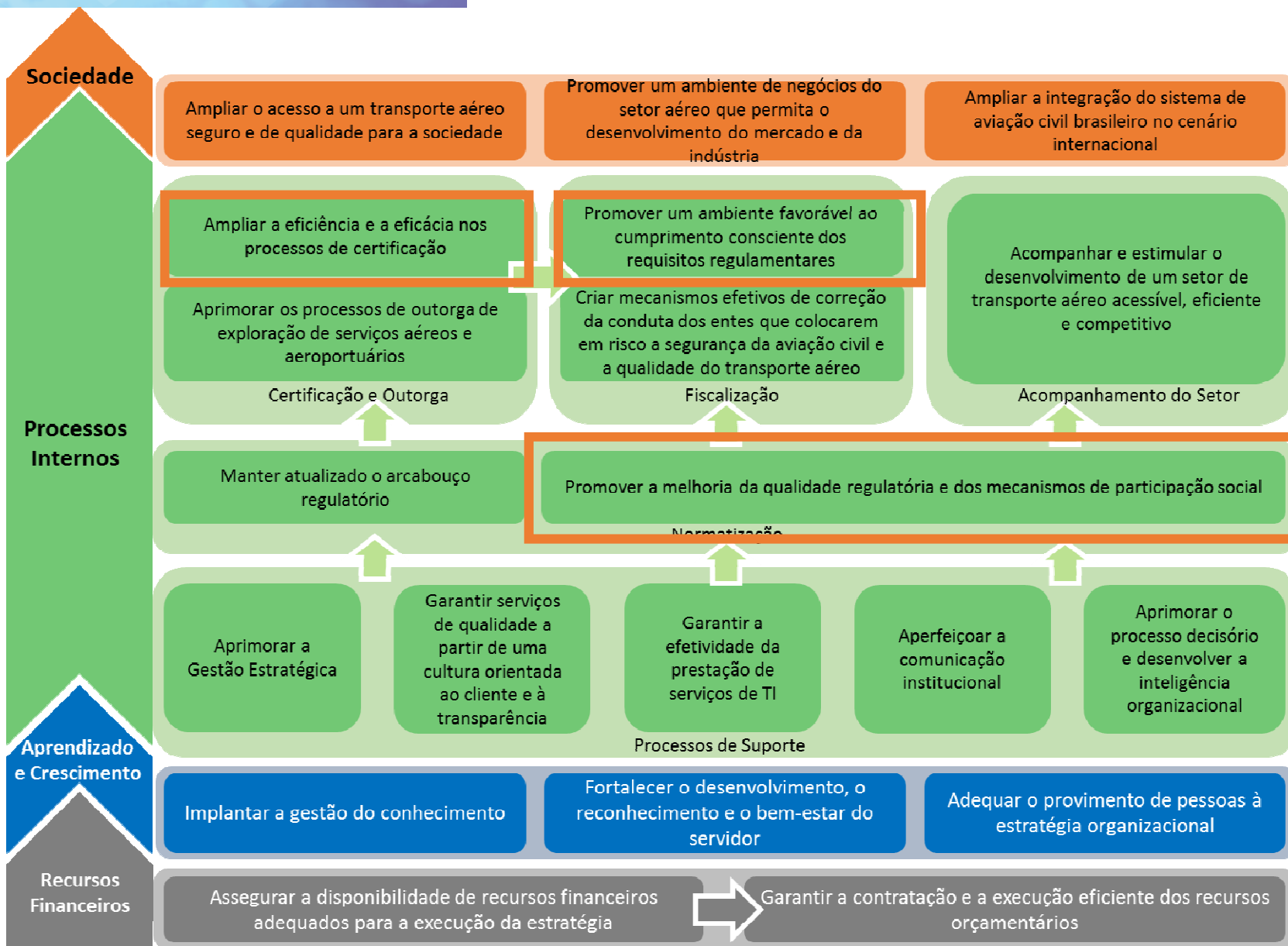
- Expectativa de demanda frustrada
- Ágios muito elevados nas primeiras rodadas
- Contratos inflexíveis: investimentos prescritivos e tarifas não refletindo os custos
- Participação da Infraero => “pegada de CAPEX”
- Escândalos de corrupção



- ≈ 150 eventos protocolados de reequilíbrio econômico-financeiro
- Repactuações societárias
- Reprogramação das outorgas – Lei nº 13.499/2017
- Relicitação – Lei nº 13.448/2017
- Recuperação Judicial – Viracopos

5ª Rodada de Concessões: Modelo por Blocos





Temas em execução da Agenda Regulatória 2017-2018

Tema	O que é o tema	Produto	Status
<u>Tema 20</u>: Metodologia de análise de projetos de melhorias de infraestrutura aeroportuária concedida e suas alterações	Criação de uma Resolução para descrição dos critérios para análise de projetos nos aeroportos concedidos.	Manuais orientativos sobre anteprojetos, PGI e simulação computacional	Concluiu-se pela não necessidade de normatização, a qual será suprida por manuais orientativos não vinculantes.
<u>Tema 34</u>: Contabilidade Regulatória para aeroportos	Criação de uma Resolução para regulamentação da apresentação das informações contábeis a serem apresentadas pelo operador aeroportuário.	Manual de Contabilidade de Aeroportos	Em fase de elaboração de documentos para deliberação da diretoria. Previsão de conclusão no 1T19.
<u>Tema 35</u>: Simplificação da regulação de preços aplicável à Infraero	Avaliar propostas de revisão da Resolução nº 350 (modelo de regulação tarifária) e da Portaria nº 1592/GM5 (critérios para classificação para fins de cobrança das tarifas aeroportuárias)	Resolução com a simplificação do modelo de regulação tarifária aplicável à Infraero.	Em análise das contribuições recebidas em audiência pública. Previsão de conclusão no 4T18.

Temas propostos para a Agenda Regulatória 2019-2020

Tema proposto	Descrição do tema	Problema Identificado
Normatização da transição operacional de infraestrutura operacional	O objetivo é criar incentivos e <i>enforcement</i> aos entes envolvidos, para que a transição operacional se dê de forma a preservar a continuidade da prestação do serviço público, mantendo-se qualidade e nível de serviço adequados.	<ul style="list-style-type: none"> • Postura <u>pouco colaborativa</u> do operador “de saída”, que pode culminar em <u>risco à descontinuidade do serviço</u> durante ou logo após a <u>transição operacional</u> • <u>Capacidade limitada de enforcement</u> da ANAC em relação ao operador “de saída”, pois os contratos apenas criam obrigações apenas para o novo operador
Metodologia de cálculo dos valores de indenização por investimentos não amortizados	Estudos que estabeleçam metodologia de cálculo dos valores de investimentos não amortizados em caso de relicitação e caducidade de concessões aeroportuárias.	<ul style="list-style-type: none"> • Em caso de extinção antecipada da concessão (caducidade, falência ou relicitação), concessionária deve ser indenizada pelos investimentos não amortizados • Não existe resolução que discipline a <u>metodologia de indenização</u> • <u>Insegurança jurídica</u> às concessionárias e <u>prejuízo aos processos de antecipação antecipada</u>
Rito do processo administrativo sancionador	O objetivo é normatizar o rito do processo adm. instaurado para a apuração de infrações às cláusulas contidas nos contratos de concessão, incluindo a adoção de outras medidas de <i>enforcement</i> mais brandas.	<ul style="list-style-type: none"> • Insegurança jurídica para ANAC e concessionárias, e tendência à judicialização. • Limitação da capacidade de <i>enforcement</i> da Agência frente às concessionárias. • Limitação a uma postura mais colaborativa entre ANAC e concessionárias

Temas propostos para a Agenda Regulatória 2019-2020

Tema proposto	Descrição do tema	Problema Identificado
<p>Desverticalização do acesso ao parques de abastecimento de aeronaves (PAA)</p>	<p>Estudo e eventual da regulação aplicável às condições de acesso aos parques de abastecimento de aeronaves (PAA). Alternativas a serem consideradas: aperfeiçoamento das atuais regras de acesso; possibilidade de desverticalização entre a operação do PAA e a distribuição de combustíveis; ou a regulação de preços de acesso às infraestruturas de dutos e hidrantes</p>	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Barreiras à entrada</u> de novos players no mercado de distribuição de combustível de aviação, decorrentes de restrição de acesso a infraestruturas supostamente essenciais de distribuição e suposta barreira regulatória • <u>Insegurança jurídica (incerteza)</u> para novos investimentos em expansão da infraestrutura de abastecimento nos aeroportos • Dificuldades de implementação das regras de livre acesso atuais (Res. 302 e contratos)
<p>Revisão dos normativos que regulam as tarifas de armazenagem e capatazia de cargas aéreas importadas e exportadas.</p>	<p>O objetivo é estudar e revisar os normativos que regulam as tarifas de armazenagem e capatazia de cargas aéreas importadas e exportadas, além de avaliar a possibilidade de convergência da regulação aplicável aos Terminais de Carga dos aeroportos concedidos, com vistas à promoção da concorrência no transporte de cargas entre e intra aeroportos, e entre aeroportos e zonas secundárias.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Distorções alocativas</u> no mercado de cargas, decorrentes de <u>regulação excessiva (tabelamento de preços e subsídios a determinados tipos de carga)</u>. • <u>Baixa concorrência</u> e o <u>desincentivo pela diferenciação dos serviços prestados</u> nos terminais de carga, prejudicando o usuário deste serviço.

Obrigado!



Sessões Públicas para Contribuições
da Sociedade e Regulados

1º de outubro de 2018